

SUMÁRIO

I

NOÇÕES BÁSICAS DE ARBITRAGEM.....	15
I.1. Introdução	15
I.2. Distinção entre arbitragem de direito internacional público, arbitragem de investimentos e arbitragem privada. Distinção entre arbitragem doméstica e arbitragem estrangeira ou internacional.....	17
I.2.1. Arbitragem internacional de direito internacional público	18
I.2.2. Arbitragem de investimentos.....	20
I.2.3. Arbitragem comercial (privada) internacional	24
I.2.3.i. Arbitragem comercial (privada) doméstica e arbitragem estrangeira (internacional)	24
I.3. Características da Arbitragem: vantagens e desvantagens	25
I.3.1. A arbitragem possibilita uma solução mais rápida do que a via tradicional, de recurso ao Judiciário.....	25
I.3.2. Os árbitros são indicados pelas partes, possibilitando um julgamento mais especializado.....	27
I.3.3. Confidencialidade	28
I.3.4. Flexibilidade quanto à escolha/aplicação de lei estrangeira ou princípios gerais de direito para reger o mérito da controvérsia	29
I.3.5. Flexibilidade quanto à escolha/aplicação de lei estrangeira ou regras de câmaras arbitrais para reger o processo arbitral	31
I.3.6. Neutralidade.....	32
I.4. Autonomia da vontade como fundamento e limite da arbitragem.....	33

II

A ARBITRAGEM NO BRASIL: HISTÓRICO, DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO NORMATIVA.....	39
II.1. Introdução	39
II.2. O sistema anterior à lei de arbitragem	41

II.2.1.	Arbitragens domésticas.....	41
II.2.2.	Arbitragens internacionais ou estrangeiras.....	43
II.3.	A Lei de Arbitragem de 1996	44
II.3.1.	Arbitragens domésticas.....	44
II.3.2.	Arbitragens internacionais ou estrangeiras.....	47
II.3.3.	A discussão no STF sobre a inconstitucionalidade da Lei de Arbitragem.....	49
II.4.	Os tratados sobre arbitragem em vigor no Brasil.....	50
II.4.1.	Breves comentários sobre o sistema brasileiro de internalização de tratados...	50
II.4.2.	Tratados ratificados pelo Brasil.....	52
II.4.2.i.	Protocolo relativo à Cláusula de Arbitragem de 1923 – Genebra.....	53
II.4.2.ii.	Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional de 1975 – Panamá.....	57
II.4.2.iii.	Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros de 1979 – Montevidéu	58
II.4.2.iv.	Protocolo do Mercosul de Cooperação e Assistência Mútua Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa – Las Leñas.....	59
II.4.2.v.	Convenção sobre Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958 – Nova York.....	60
II.4.2.vi.	Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul	63
II.4.2.vii.	Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile de 2002 (Buenos Aires).....	64
II.4.3.	Arbitragem e UNCITRAL.....	65

III

A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	69	
III.1.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral	69
III.2.	O Direito aplicável à validade material da convenção de arbitragem.....	71
III.3.	Validade formal da cláusula de arbitragem.....	84
III.4.	Poderes de representação.....	89
III.5.	Importância da escolha do idioma e da sede.....	93
III.5.1.	Escolha do idioma.....	93
III.5.2.	Escolha da sede.....	96
III.6.	Convenção de Arbitragem: a questão intertemporal.....	100
III.6.1.	Execução específica da cláusula compromissória.....	100
III.6.2.	Arbitragem envolvendo a Administração Pública.....	105
III.6.3.	Arbitragem em matéria trabalhista.....	106

IV

ARBITRABILIDADE.....	109
IV.1. Arbitrabilidade objetiva.....	109
IV.2. Arbitrabilidade subjetiva.....	114
IV.3. Questões Polêmicas.....	115
IV.3.1. Cláusulas compromissórias em contratos de adesão e consumo.....	116
IV.3.2. Arbitragem envolvendo matéria trabalhista.....	122
IV.3.3. Arbitragem e propriedade intelectual.....	128
IV.3.4. Arbitragem e corrupção.....	131
IV.3.5. Arbitragem em matéria societária.....	138
IV.3.6. Insolvência e arbitragem.....	146

V

INTERPRETAÇÃO E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	153
V.1. A Importância da Redação da Cláusula Compromissória. Pressuposto Jurídico: Necessidade de Clareza da Renúncia Prévia à Jurisdição Estatal.....	153
V.1.1. Cláusulas patológicas.....	154
V.1.2. O exame sistemático do contrato em que se insere a cláusula compromissória.....	158
V.2. Alcance da convenção da arbitragem.....	160
V.2.1. Alcance objetivo.....	160
V.2.1.1. Questões extracontratuais.....	160
V.2.1.2. Contratos coligados.....	170
V.2.2. Alcance subjetivo. Vinculação de partes não signatárias.....	173
V.2.2.1. Estipulação em favor de terceiros, promessa de fato de terceiro e a convenção de arbitragem.....	178
V.2.2.2. A extensão da convenção de arbitragem a terceiros decorrente da negociação e execução de um contrato.....	180
V.2.2.3. Múltiplos contratos.....	181
V.2.2.4. Grupos econômicos.....	184

VI

COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL.....	187
VI.1. A competência do tribunal arbitral para decidir sobre sua própria competência como corolário da autonomia da convenção de arbitragem.....	187
VI.2. A <i>Kompetenz-kompetenz</i> no Direito brasileiro.....	187
VI.3. A <i>Kompetenz-kompetenz</i> no Direito estrangeiro e convenções internacionais.....	198

VII

O ÁRBITRO.....	207
VII.1. Definição.....	207
VII.2. A formação do Tribunal Arbitral.....	209
VII.2.1. O número de árbitros	209
VII.2.2. A escolha dos árbitros	210
VII.2.3. Pluralidade de partes no mesmo polo processual.....	215
VII.2.4. A nacionalidade dos árbitros em arbitragens internacionais.....	218
VII.2.5. Questões atinentes à capacidade dos árbitros.....	219
VII.2.6. A aceitação para atuar como árbitro e suas consequências.....	222
VII.3. Imparcialidade e independência dos árbitros.....	225
VII.4. O árbitro na arbitragem <i>ad hoc</i> e na arbitragem Institucional.....	236
VII.4.1. Recusa por uma das partes em indicar árbitro e impugnação dos árbitros	237
VII.4.2. Atribuições adicionais do árbitro na arbitragem <i>ad hoc</i>	239

VIII

LEI APLICÁVEL AO MÉRITO DA ARBITRAGEM.....	241
VIII.1. Nota prévia sobre o conflito de leis em matéria contratual.....	241
VIII.2. A natureza da arbitragem.....	245
VIII.3. A lei material aplicável pelo árbitro.....	248
VIII.3.1. Autonomia da vontade	248
VIII.3.2. Ausência de escolha	256
VIII.3.3. Aplicação da <i>lex mercatoria</i>	262
VIII.3.4. A Arbitragem e as normas de ordem pública nacionais.....	268
VIII.3.5. A arbitragem e a ordem pública verdadeiramente internacional.....	273

IX

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS PELO ÁRBITRO ..	277
IX.1. Duas Notas prévias: distinção entre o árbitro e o juiz na aplicação da lei e sistemas de controle de constitucionalidade de leis (Direito Comparado)	277
IX.1.1. Distinção entre o árbitro e o juiz na aplicação da lei.....	277
IX.1.2. Sistemas de controle de constitucionalidade de leis (direito comparado).....	278
IX.2. Controle de constitucionalidade das leis pelo árbitro	280
IX.2.1. Arbitragem doméstica com aplicação de lei material brasileira.....	281
IX.2.2. Arbitragem doméstica com aplicação de lei estrangeira contrária à constituição local	282
IX.2.3. Arbitragem doméstica com aplicação de lei estrangeira contrária à constituição estrangeira	286
IX.2.4. Arbitragem doméstica com aplicação de lei estrangeira que por decisão posterior da corte constitucional estrangeira foi considerada inconstitucional.....	292

IX.2.5.	Arbitragem estrangeira com aplicação de lei brasileira	292
IX.3.	O controle de constitucionalidade de sentença arbitral estrangeira	293
IX.3.1.	Sentença arbitral proferida no exterior com aplicação de lei brasileira contrária à Constituição brasileira pode ser homologada pelo STJ?	293
IX.3.2.	Sentença arbitral proferida no exterior com base em lei brasileira que foi declarada inconstitucional pelo STF pode ser homologada pelo STJ?	294

X

O PROCEDIMENTO ARBITRAL 295

X.1.	Medidas de Urgência	295
X.1.1.	Competência internacional para decidir e executar medidas de urgência.....	305
X.2.	A Lei aplicável ao procedimento da arbitragem.....	308
X.2.1.	Critérios para a determinação da lei aplicável ao procedimento arbitral	311
X.2.2.	A lei processual da sede da arbitragem.....	317
X.3.	Confidencialidade em procedimentos arbitrais.....	322
X.3.1.	Conceito e escopo da confidencialidade	322
X.3.2.	Vantagens e desvantagens de procedimentos arbitrais sigilosos	328
X.3.3.	Exceções ao dever de confidencialidade na arbitragem.....	332
X.3.4.	Confidencialidade em arbitragens envolvendo a Administração Pública.....	336
X.4.	Provas na arbitragem	342
X.4.1.	Expedição de rogatórias por tribunais arbitrais	343
X.4.2.	Carta arbitral.....	346
X.4.3.	A lei aplicável à prova	346
X.4.4.	O poder instrutório dos árbitros: a prova documental, pericial e testemunhal na arbitragem	348
X.5.	Litispendência e Coisa julgada em arbitragem.....	364
X.5.1.	Relações entre processos em curso.....	365
X.5.2.	Coisa julgada.....	371

XI

INVALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL 377

XI.1.	Esclarecimentos preliminares.....	377
XI.2.	O direito estrangeiro.....	381
XI.3.	O sistema brasileiro.....	389
XI.4.	Hipóteses de nulidade previstas no art. 32 da Lei de Arbitragem.....	397
XI.5.	Outras hipóteses de invalidade/inexistência da sentença arbitral.....	406
XI.6.	É possível excluir a possibilidade de ação anulatória?.....	412

XII

ARBITRAGEM ENVOLVENDO O ESTADO	415
XII.1. Distinção entre arbitragem de direito internacional público, arbitragem de investimentos e arbitragem privada.....	415
XII.2. Arbitragem envolvendo o Estado: cenário anterior à Lei nº 13.129/2015	415
XII.2.1. Legislação	415
XII.2.2. Jurisprudência.....	420
XII.3. Arbitrabilidade dos litígios envolvendo a administração pública: Alterações previstas no regime da Lei nº 13.129/2015	428
XII.3.1. Arbitrabilidade do litígio	429
XII.3.1.1. Arbitrabilidade subjetiva.....	429
XII.3.1.2. Arbitrabilidade objetiva	434
XII.4. Publicidade.....	442
XII.5. Importância/consequências da escolha do idioma pelo ente estatal	445
XII.6. Importância/consequências da escolha da sede pelo ente estatal	448
XII.7. Lei aplicável às arbitragens que envolvam o ente público.....	454
XII.8. Escolha dos árbitros e da câmara arbitral.....	458
XII.9. Cumprimento da Decisão arbitral pelo Estado.....	461
XII.10. O art. 109 §§ 1º e 2º da CF e sua eventual aplicação no contexto da arbitragem	463

XIII

ARBITRAGEM NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO DIREITO BRASILEIRO	467
XIII.1. Vantagens da Utilização da Arbitragem no contexto de Petróleo e Gás	467
XIII.2. Arbitragem na Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97).....	470
XIII.3. Arbitragem nos Contratos de Concessão das Rodadas de Licitação da ANP	477
i) Rodada zero	478
ii) Primeira rodada.....	483
iii) Segunda rodada.....	485
iv) Terceira rodada.....	485
v) Quarta e quinta rodadas.....	486
vi) Sexta, sétima, oitava, nona e décima rodadas.....	488
vii) Décima primeira rodada.....	491
viii) Décima segunda rodada	492
ix) Décima terceira rodada.....	492
x) Décima quarta rodada.....	493
xi) Décima quinta, sexta e sétima rodadas	494
XIII.4. Arbitragem no Pré-Sal.....	496
XIII.5. Arbitrabilidade dos litígios decorrentes dos contratos de concessão	496

XIV

ARBITRAGEM INTERNACIONAL	499
XIV.1. Arbitragem internacional: definição e histórico	499
XIV.2. Arbitragem internacional no direito estrangeiro	504
XIV.3. Inovações da Lei de Arbitragem brasileira em matéria de arbitragem estrangeira ou internacional	510
XIV.3.1. Prevalência do direito convencional sobre a Lei de Arbitragem	510
XIV.3.2. Dispensa da homologação judicial no país de origem da sentença arbitral	512
XIV.3.3. Dispensa da citação da parte domiciliada no Brasil pela via da rogatória	515
XIV.4. Questões polêmicas acerca da arbitragem comercial internacional	517
XIV.4.1. A importância da sede da arbitragem	517
XIV.4.2. Competência do Judiciário do país da sede	519
XIV.4.2.1. Nulidade do laudo	519
XIV.4.3. Desvinculação da sede da arbitragem	522
XIV.4.3.1. Jurisprudência estrangeira	524
XIV.4.3.2. Jurisprudência brasileira	529
XIV.4.4. Execução do laudo	532

XV

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	535
XV.1. Breve histórico	535
XV.2. Conceito de sentença arbitral estrangeira	540
XV.3. Convenções em vigor no Brasil e adesão à Convenção de Nova York	542
XV.4. A homologação de sentenças arbitrais estrangeiras na jurisprudência	545
XV.4.1. Vício de citação	546
XV.4.2. Eficácia da decisão no país onde proferida: Sentença arbitral anulada no país de origem	548
XV.4.3. Invalidade da convenção de arbitragem	551
XV.4.4. Sentença arbitral estrangeira contrária à ordem pública	552